

11 JUL 1997

CORREIO BRAZILENSE

"Vai um lo

José Pereira Batista, "vendedor" de terrenos explicando em seu pregão que este é de frente para o Setor de

DF - Cidade Estrutural

18

Brasília, sexta-feira,  
11 de julho de 1997

OPI

EDITORA: Dad Squarisi. Telefone: (061) 342-1145

## No caminho certo

**A** decisão do Governo do Distrito Federal de derrubar trezentos novos barracos na invasão às margens da Via Estrutural, erigidos nos últimos dias, afirma a disposição da autoridade pública de cumprir o seu dever. É indispensável opor resistência definitiva ao processo caótico e ilegal de ocupação do solo urbano. Nenhum pretexto é suficiente para convalidar ações contrárias a relações espaciais adequadas ao estilo de urbanização, concebido de forma histórica, para o Distrito Federal. E, sobretudo, quando tais ações carregam a marca da violência contra a ordem legal.

Alegar que os invasores compõem o contingente alarmante de pessoas alcançadas pela marginalidade social não justifica abrigá-las em áreas incompatíveis. É dever do poder público cuidar do bem-estar das populações, por meio de políticas capazes de erguê-las acima das linhas da miséria e da pobreza. Há de fazê-lo, contudo, sem provocar o caos ou atentar contra as posturas públicas, no caso, obediência estrita aos projetos urbanos amparados em lei.

O episódio atual sequer guarda alguma relação com pressões sociais por espaços destinados a habitação. A quase totalidade dos barracos desmontados pertencia aos "sacoleiros" da Feira do Paraguai, conforme apurou este jornal e denunciou na edição de ontem. É notório que os robustos negócios da muamba produzem lucros significativos, até porque não alcançados pela incidência de impostos e pagamento

de despesas operacionais. Portanto, os muambeiros sequer podem escudar-se em pretensa pobreza para justificar a invasão.

À margem da Via Estrutural já convive população estimada em cerca de vinte mil pessoas. O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) recenseou na área 3.300 barracos, conforme trabalho realizado em setembro do ano passado. Calcula-se que as edificações somam hoje quase quatro mil.

Trata-se de situação insustentável, embora resultante da indulgência de seguidos governos e de conveniências políticas levadas adiante de forma demagógica e irresponsável. Mais preocupante é que a atual administração ainda não elaborou o plano apto a sanar a ilegalidade, que é a quanto resulta a invasão da Estrutural.

Não deve haver, todavia, contemporização alguma com desvio tão grave na utilização de espaço fundamental à harmonia urbana. A responsabilidade do poder público no atendimento às demandas provocadas pela pobreza e miséria não pode ceder à inércia. É seu dever indeclinável dar-lhes satisfação. Mas essa é uma questão. A outra é permitir afronta à lei pela concessão de favorecimentos prejudiciais à qualidade de vida exigida por toda a sociedade.

O ato de controle ontem praticado pelo GDF para conter a expansão de áreas invadidas no alinhamento da Via Estrutural aponta o caminho certo para corrigir semelhante anormalidade. É de todo o interesse que a ação se converta o mais rápido possível em uma política orgânica, de caráter permanente.